



## XVIII Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã



### **TESE DO MARCO TEMPORAL SEGUNDO A ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL: uma análise da construção de comunicação realizada pela Apib<sup>1</sup>**

Paula Trubat Santos Silva – Universidade Federal Fluminense

#### **RESUMO**

O presente trabalho apresenta a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil e sua contribuição para as pautas indígenas. O problema a ser respondido é: Como a Apib vem utilizando a comunicação de forma eficaz para a comunidade indígena? Diante dessa questão, o objetivo do trabalho é apresentar a campanha de comunicação da Apib sobre a tese do Marco Temporal. Como metodologia, foi aplicada a pesquisa documental e bibliográfica. Entre as referências teóricas estão artigos de Lucas Milhomens, Paola Sartoretto, Lou Caffagni e Armand Mattelart. Os resultados apontam a Apib garantindo a visibilidade de direitos indígenas através da comunicação.

#### **PALAVRAS-CHAVE**

Apib; Marco Temporal; indígenas; comunicação indígena; articulação dos povos indígenas do Brasil.

#### **1 INTRODUÇÃO**

Em 2004 foi organizado em Brasília o primeiro Acampamento Terra Livre (ATL), o evento anual considerado a maior Assembleia dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil e o maior encontro indígena das Américas. Seu objetivo é tornar visível a situação dos direitos indígenas, reivindicar do Estado brasileiro o atendimento das demandas dos povos indígenas, fortalecer a luta pela demarcação de terras e promover a valorização cultural.

A partir da realização do ATL, foi criada em 2005 a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). A Apib nasceu com o propósito de fortalecer a união dos povos indígenas de todo território nacional. Além de unificar as lutas e pautas políticas do movimento indígena, a Apib mobiliza os povos e as organizações indígenas contra ameaças e agressões a seus direitos.

Mas como a Apib vem utilizando a comunicação como forma de apresentar demandas dos povos indígenas do Brasil? Para responder esse problema de pesquisa, a pesquisa tem como objetivo apresentar a campanha de comunicação da Apib sobre a tese do Marco Temporal. Esta pesquisa justifica-se por trazer a pauta do direito à comunicação vinculado aos direitos fundamentais dos povos indígenas no Brasil.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT2 – CULTURAS POPULARES, IDENTIDADES E CIDADANIA da XVIII Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã 2024, de 11 a 13 de junho de 2024, na Universidade São Judas (Paulista), São Paulo-SP.

## **2 METODOLOGIA**

Utilizando a pesquisa bibliográfica e documental como metodologias, este trabalho é resultado da leitura crítica do site da Apib, reportagens de jornais, livros e artigos científicos. Através desta leitura, pretende-se compreender, identificar e sintetizar informações que possam contribuir para a pesquisa.

## **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

Como fundamentação teórica deste trabalho, foram utilizados três textos-base. O primeiro deles é o artigo de Lucas Milhomens "Organizações indígenas e redes comunicacionais no Brasil: Luta e resistência". O segundo artigo é "Da representação cultural à mudança estrutural: O problema da comunicação indígena no Brasil" e foi escrito por Paola Sartoretto e Lou Caffagni. Por fim, temos o artigo de Armand Mattelart intitulado "A construção social do direito à Comunicação como parte integrante dos direitos humanos".

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Segundo Lucas Milhomens a Apib é uma das entidades que vêm se destacando na luta pelos direitos dos povos indígenas no Brasil. O autor afirma que durante as discussões e assembleias do ATL, a Apib se mostra como a principal articulação indígena brasileira na atualidade. Milhomens explica que a Apib se apropria das linguagens dos meios digitais para produzir conteúdo original (2022, p. 34) ao mesmo tempo que estimula a reflexão sobre os limites desse modelo de comunicação, considerando que a produção de conteúdo é divulgada através de empresas privadas, como o Facebook, Instagram, YouTube, entre outros.

Analisando os conteúdos publicados no site da Apib é possível verificar que as notícias são escritas de indígenas para indígenas, mas são extremamente úteis para a sociedade civil. Entre as publicações e conteúdos postados, a campanha de conscientização popular sobre a tese do Marco Temporal foi escolhida para exemplificar o trabalho de comunicação da articulação.

Clicando em "Mobilização indígena" no menu superior do site da Apib encontram-se seis subtópicos, um deles se chama Marco Temporal. Ao acessar esta área, o visitante é levado para a página que se dedica a explicar detalhadamente o a tese do Marco Temporal<sup>2</sup>. A página apresenta o placar da votação no Supremo Tribunal Federal (STF), mostrando os juízes que foram contra e à favor da tese. O visitante do site encontra uma linha do tempo acompanhada de um mapa de mobilizações nacionais realizadas contra a tese do Marco Temporal. É possível navegar também por informações sobre a teoria do indigenato, conhecer o histórico de leis envolvendo povos indígenas

---

<sup>2</sup> A página mencionada pode ser através do link a seguir: <https://apiboficial.org/marco-temporal/>

desde 1600, tomar conhecimento sobre os impactos do marco temporal no meio ambiente e verificar dados sobre hashtags, contas no Instagram, links para grupos do WhatsApp e Telegram, além do direcionamento para contas da Apib nas mídias sociais.

A página forma um repositório repleto de informações que podem alimentar um leitor curioso, uma pessoa da academia, profissionais de comunicação ou um cidadão que pretende se envolver na causa. Além de todos esses itens, chama atenção a cartilha<sup>3</sup> produzida pela Apib explicando o que é a tese do Marco Temporal, porquê ela é inconstitucional e como ela afeta os direitos originários da população indígena. Ao acessar a cartilha, o leitor encontra informações didáticas sobre o impacto da tese do Marco Temporal na vida da população indígena brasileira.

Através deste trabalho minucioso, a Apib exemplifica o que Sartoretto e Caffagni definiram como um trabalho de ativismo político de conscientização. Segundo os autores, a partir de 1990, a emergência das tecnologias digitais de informação abriu espaço para a população indígena usar essas ferramentas como forma de pressionar as autoridades e desenvolver um diálogo com outros setores da sociedade brasileira e mundial. Sartoretto e Caffagni defendem que, na perspectiva da economia política, essas iniciativas não bastariam para gerar mudanças estruturais. Porém, desempenham uma função essencial e educativa, ajudando a redesenhar elementos importantes na configuração das forças políticas do sistema de poder e representação (p.41, 2022).

Como resultado desta pesquisa é possível verificar que o trabalho da Apib indica a desigualdade existente no Brasil em relação ao direito à comunicação. Como explica Armand Mattelart, “a suposta igualdade perante a lei é prejudicada pelas desigualdades econômicas e culturais no contexto das relações de poder” (2009, p.35). Nesse sentido, o trabalho realizado pela articulação preenche uma lacuna do direito à comunicação que deveria ser garantido por políticas públicas de comunicação. Mattelart afirma ainda que não há possibilidade de um direito à comunicação sem políticas públicas de comunicação e de cultura, que estão intimamente ligadas (2009, p.35).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através desta pesquisa foi possível verificar que a Apib realiza um trabalho de comunicação que é capaz de conscientizar e apresentar diretrizes para a sociedade civil aprender e repassar informações de qualidade sobre as pautas e direitos dos povos indígenas no Brasil. Desse modo, a Apib é símbolo da resistência e resiliência. Porém, para que haja efetiva mudança estrutural no direito de comunicação da população indígena brasileira, é necessário que políticas públicas de comunicação sejam criadas para ampliar os direitos humanos dos grupos sociais que compõem a base da pirâmide social.

---

<sup>3</sup> Cartilha disponível no link a seguir: [https://apiboficial.org/files/2023/09/marcotemporal\\_cartilha\\_v10\\_tela.pdf](https://apiboficial.org/files/2023/09/marcotemporal_cartilha_v10_tela.pdf)

## Referências

MATTELART, Armand. A construção social do direito à Comunicação como parte integrante dos direitos humanos. In: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v.32, n.1, p. 33-50, jan./jun. 2009

MILHOMENS, Lucas. Organizações indígenas e redes comunicacionais no Brasil: Luta e resistência. in: MILHOMENS, Lucas (Org.). **Comunicação, questão indígena e movimentos sociais**: reflexões necessárias. Embu das Artes, SP: Alexa Cultural; Manaus, AM: EDUA, 2022. p.17-38

SARTORETTO, Paola; CAFFAGNI, Lou. Da representação cultural à mudança estrutural: O problema da comunicação indígena no Brasil. In: MILHOMENS, Lucas (Org.). **Comunicação, questão indígena e movimentos sociais**: reflexões necessárias. Embu das Artes, SP: Alexa Cultural; Manaus, AM: EDUA, 2022. p.39-64